

4. ANULAÇÃO DE RECEITA - REGULARIZAÇÃO DE FATURAS:

Da **Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos do disposto no artigo 45.º da Norma de Controlo Interno e do artigo 12.º das Normas Regulamentares de Execução do Orçamento, a anulação da receita constante da proposta que se anexa.

Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.



DIVISÃO DE CONTROLO FINANC. E ARRECADAÇÃO DE REC.

INFORMAÇÃO N.º I/3089/2021

Despacho	
	Data
	26-01-2021

Assunto: Faturação - Regularização de faturas emitidas no 4.º trimestre de 2020.

Considerando que:

1. Após a emissão de faturas nas aplicações do Sistema Integrado de Gestão da Faturação, ocorrem determinadas situações que obrigam à sua anulação, designadamente quando se trata de erro ou omissão na emissão da fatura pelo Utilizador ou quando surgem acontecimentos ou factos posteriores à emissão da mesma, que não podiam ser previstos no momento da sua emissão, o que implica a necessidade de corrigir elementos (ex.: alteração da titularidade do registo, correção de medidas e ou localizações dos factos que deram origem à fatura, deferimento de reclamações que implicam a revisão da liquidação);
2. De acordo com o estatuído no n.º 2 do artigo 12.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento, as anulações de dívida devem ser efetuadas por decisão camarária com base em informação devidamente fundamentada quanto ao motivo da anulação da liquidação da dívida;
3. A Divisão Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita reúne e elabora, segundo as instruções dos Serviços Emissores, um quadro com a faturação por regularizar;



BRAGA
Município

DIVISÃO DE CONTROLO FINANC. E ARRECADAÇÃO DE REC.

4. A presente informação engloba processos que totalizam, conforme quadro em anexo, a regularização de faturação no valor de 65 948,60 EUR.

Coloca-se à consideração superior a submissão da presente informação à apreciação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e posteriormente, caso haja despacho favorável, a deliberação do Executivo Municipal.

A Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita